

Diário do Legislativo de 02/09/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 15ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.3 - 16ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.4 - 17ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.5 - 18ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.6 - 19ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.7 - 24ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.8 - 25ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA EM 31/8/2006

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Antônio Andrade - Ana Maria Resende - André Quintão - Doutor Viana - Elbe Brandão - Jô Moraes - João Leite - José Milton - Laudelino Augusto - Maria Olívia - Padre João - Roberto Ramos.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de de terça-feira, dia

5 de setembro, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 5/9/2006.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 7/3/2006

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide estabelecer critérios para aplicação da jornada prevista no *caput* do art. 8º da Deliberação da Mesa nº 1.541/98. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Resplendor, tendo como objeto a doação de bens inservíveis à Casa, a serem utilizados pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de afetação a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Escola Estadual João Bernardino de Souza, tendo como objeto a afetação patrimonial de um microcomputador Compaq Prolinea, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Control Elevadores Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um elevador e um monta-cargas, da marca Montele, instalados no Palácio da Inconfidência - parecer favorável à contratação, feita através da Dispensa de Licitação nº 2/2006 (Coleta de Preços nº 2/2006), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Serviços Gerais e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Indústria e Comércio de Alimentos Profeta Ltda. - ME, tendo como objeto o fornecimento de lanches aos prestantes de conservação e limpeza e trabalhadores-mirins da Casa - parecer favorável à contratação, feita através do Processo Licitatório nº 4/2006, Pregão Eletrônico nº 4/2006, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Via Verde Locadora de Veículos Ltda., tendo como objeto a locação mensal de sete veículos, sem motorista - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo protocolo de intenções a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e a Copasa, tendo como objeto institucionalizar a exposição do Dia do Artesão e a realização anual em sua comemoração, estabelecendo a data de 19 de março como "Dia Nacional do Artesão" - parecer favorável, considerando manifestação da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Salém Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de transporte urbano de pequenas cargas e encomendas, por meio de motocicletas equipadas com baú - parecer favorável à ampliação do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa aprova o Parecer nº 4.747/2005, da PGA, cujos fundamentos referenda para negar provimento ao recurso aviado contra decisão do Conselho de Diretores, interposto pelo servidor Fernando César Batista Garcia. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 1º/3/2006, Dirce Maria Bernardes, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, conforme sua situação funcional em 16/12/98, data de publicação da Emenda à Constituição Federal nº 20/98, com proventos a serem taxados no cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete; exonerando Maria de Fátima Pereira do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria-Geral; nomeando Maria de Fátima Pereira para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria-Geral; nomeando Dirce Maria Bernardes para o cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no Gabinete da Presidência; exonerando Vera Lúcia de Freitas do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando Alessandra Loureiro Gomes para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; dispensando Rosineide Maria Mendes da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação; aposentando, por invalidez, com proventos integrais, a partir de 9/2/2006, calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 10.887/2004, o servidor Adi Alves Monteiro, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, nos termos da Lei nº 15.014/2004; aposentando, por invalidez, com proventos integrais, a partir de 14/2/2006, calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 10.887/2004, o servidor Sérgio de Sousa Santos, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, nos termos da Lei nº 15.014/2004; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 20/2/2006, conforme sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Neuza Elói Salvador Azevedo, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 28 de março e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de março de 2006.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 28/3/2006

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide estabelecer critérios para nomeação de servidores em gabinetes, por ocasião do retorno à atividade parlamentar de Deputado afastado para exercer cargo de Secretário de Estado. Isso posto, através da Deliberação nº 2.367/2006, a Mesa acrescenta artigo à Deliberação da Mesa nº 590/91, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Estágio Profissionalizante na Secretaria da Assembléia Legislativa. A seguir, através da Deliberação nº 2.368/2006, a Mesa altera o parágrafo único do art. 25 da Deliberação nº 2.332/2003, que contém o Regimento Interno da Comissão Permanente de Licitação e dispõe sobre a realização de licitações, incluindo a modalidade pregão, no âmbito da Assembléia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a ABC Táxi Aéreo S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na aeronave Xingu - parecer favorável à prorrogação extraordinária, com vigência até 2/7/2006, ou até o término do procedimento licitatório, considerando manifestações da Diretoria-Geral e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de afetação a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a 157ª Cia. da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - Monte Carmelo, tendo como objeto a afetação patrimonial de um microcomputador Zenith, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para retificação material na redação da subcláusula 6.1.2, do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Inconfidência Engenharia e Empreendimentos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de adaptação de instalações, consertos, reparação e manutenção predial das dependências do Palácio da Inconfidência - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de rescisão amigável, visando disstrar amigavelmente todos os termos e condições do CTO/18/2002, celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a SMP&B Comunicação Ltda. - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para alteração de valor do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Portal Jurídico Comercial de Livros

Ltda. - ME, tendo como objeto o fornecimento de livros para a Biblioteca Deputado Camilo Prates - parecer favorável, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Gerência-Geral de Documentação e Informação, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Lavanderia LavSec Rápido Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de lavagem, passagem e esterilização de roupas - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência, da Coordenação de Cerimonial e Relações Públicas e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Recitec - Reciclagem Técnica do Brasil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, descarte e descontaminação, nas dependências da contratante, de lâmpadas de descarga queimadas - parecer favorável à contratação, feita através do Processo Licitatório nº 147/2005, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Sociedade Mineira de Cultura, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - SMC/PUCMINAS, tendo como objeto a realização anual do Parlamento Jovem, por meio do envolvimento de estudantes, na simulação do funcionamento do parlamento mineiro - parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Irani Barbosa - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Escolinha Evangélica de Educação Infantil, tendo como objeto a doação de bem móvel inservível à Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Jaguarauçu, tendo como objeto a doação de bem móvel inservível à Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Serviços e Instalações Alves Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de confecção, substituição e instalação de corrimãos e guarda-corpos, e fornecimento e instalação de vidro fumê nas dependências da Assembléia Legislativa - parecer favorável à contratação, feita através do Processo Licitatório nº 74/2005, Pregão Presencial nº 65/2005, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Márcio Passos - parecer favorável, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Irani Barbosa - parecer favorável, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Agostinho Patrús - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e a Subsecretaria de Assuntos Internacionais e Coordenadoria Executiva da Preparação da XLVI Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, tendo como objeto disciplinar a cessão de espaço no Centro de Feiras e Exposições George Norman Kutova - EXPOMINAS, bem como a aquisição de serviços complementares para a Reunião do BID - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria-Geral e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado Luiz Fernando Faria, Requerimento nº 6.148/2006, do Deputado Fábio Avelar, em que solicita ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM informações sobre o cumprimento, pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, das deliberações do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, feitas na reunião da Câmara de Atividade de Infra-estrutura, realizada em 9/12/2005, que dizem respeito à Central de Tratamento de Resíduos Sólidos - CTRS, situada na BR-040 - parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1 - aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 31 de março e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 31 de março de 2006.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 11/4/2006

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal de Lavras, tendo como objeto a cessão de tempo da programação da TV Assembléia - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Natalândia, tendo como objeto a doação de dois microcomputadores Compaq/Zenith, inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para alterações do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Supervision Comunicação e Marketing Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Comunicação Institucional da contratante, para a realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 25 de abril e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 25 de abril de 2006.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 25/4/2006

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Clube Recreativo Mário Campos, tendo como objeto a doação de um microcomputador Zenith e uma impressora Epson 570, inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de afetação a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Escola Estadual Professor Leopoldo Pereira, tendo como objeto a cessão de um microcomputador Compaq-Prolínea, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de afetação a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Escola Estadual Domingos Carellos, tendo como objeto a cessão de um microcomputador Compaq-Prolínea, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Dinis Pinheiro - parecer

favorável, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Irani Barbosa – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Perfil Promoções e Publicidade Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de planejamento, criação, produção, distribuição à veiculação, supervisão, avaliação e acompanhamento de campanhas publicitárias, promoção, pesquisas, eventos, incluindo o fornecimento de materiais de divulgação pertinentes e demais serviços necessários à complementação das ações de comunicação social da contratante – parecer favorável à prorrogação, com vigência de três meses ou até que se ultime procedimento licitatório para nova contratação de empresa prestadora de serviço de publicidade, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para alteração do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa HDI Seguros S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro total para veículos da Casa, incluída assistência 24 horas – parecer favorável à redução do objeto, tendo em vista a redução da frota a ser segurada, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Linear Equipamentos Eletrônicos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços especializados de manutenção e assistência técnica para 67 retransmissores das estações repetidoras do sinal da TV Assembléia – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a BH-Bus Transfácil, tendo como objeto a cessão de uso do cartão de vales-transporte a a prestação de serviços relativos ao atendimento de vales eletrônicos – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Siemens Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção e suporte técnico nas centrais Siemens – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Requerimento nº 5.987/2006, da Comissão de Participação Popular, em que solicita à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão informações sobre as decisões administrativas tomadas no âmbito dessa Secretaria e sobre o andamento de processos junto ao Poder Judiciário referentes à situação dos servidores designados do quadro de pessoal da Educação – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.989/2006, da Comissão de Participação Popular, em que solicita à Secretaria de Estado de Educação informações sobre a abrangência do Programa de Transporte Escolar, em âmbito estadual, quanto aos níveis de ensino atendidos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.176/2006, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, em que solicita ao Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento informação sobre as medidas adotadas em relação à "gripe aviária" e ao "mal da vaca louca" - parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado Rêmoló Aloise, o Requerimento nº 6.093/2006, do Deputado Edson Rezende, em que solicita ao Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG, pedido de informação a respeito do Acordo de Resultados firmado entre este Instituto e o Estado, bem como cópia integral do acordo – parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado Rogério Correia, o Requerimento nº 6.109/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que solicita ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais informações sobre a remuneração total dos desembargadores, juizes e servidores daquele Tribunal, discriminando os vencimentos básicos, as gratificações e os adicionais – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1 – aprovado; Requerimento nº 6.124/2006, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita ao Comandante-Geral da PMMG informações sobre as providências tomadas na apuração de possíveis excessos na conduta dos policiais envolvidos na ação de acompanhamento de manifestação estudantil ocorrida em Juiz de Fora, no dia 2/2/2006 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.221/2006, do Deputado Célio Moreira, em que solicita ao Secretário do Desenvolvimento Social e Esportes – Sedese, informações sobre o convênio que será assinado entre o Estado e o município de Corinto, visando à instalação do Centro Integrado de Atendimento à Criança, Adolescente e Família – parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado Fábio Avelar, Requerimento nº 4.710/2005, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, o envio do resultado da apuração de denúncia encaminhada àquele órgão pelo Centro de Assessoria Sapucaí, em 9/6/2004, referente à contaminação ambiental causada por gases e resíduos de chumbo lançados pela empresa MS Metais e Comércio Ltda., no município de Pouso Alegre e áreas circunvizinhas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.086/2006, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em que solicita ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável cópia dos documentos, relatórios e laudos, referentes ao comprometimento da qualidade das águas e da mortandade de peixes no Rio São Francisco, no trecho situado entre a Barragem de Três Marias e a cidade de Pirapora, provocados pelas atividades da Empresa Votorantim Metais S.A. - parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado Luiz Fernando Faria, Requerimento nº 6.051/2006, do Deputado Antônio Andrade, em que solicita ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagem – DER-MG, cópia do Convênio de Cooperação Técnica nº 30.023/06, firmado entre aquele departamento e o município de Lagoa Grande, com a intervenção da Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP, conforme publicado no "Minas Gerais" de 18/2/2006 – parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado Elmiro Nascimento, Requerimento nº 5.742/2005, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita ao Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais informação sobre a previsão de quitação de precatório alimentar devido ao Sr. Celso Ferreira Pinto, servidor do DER-MG – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1 – aprovado; Requerimento nº 6.178/2006, do Deputado Célio Moreira, em que solicita ao Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, informação sobre a possibilidade da implantação de um *campus* avançado dessa universidade, no município de Corinto – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.179/2006, do Deputado Célio Moreira, em que solicita ao Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, informação sobre a possibilidade da implantação de um *campus* avançado da Unimontes no município de Corinto – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 4/2/2006, a servidora Maria Beatriz Gontijo dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 2/3/2006, a servidora Maria Elisabete Gontijo dos Santos, ocupante do cargo de Analista Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 10 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 10 de maio de 2006.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 23/5/2006

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através de Parecer, manifesta-se favorável à concessão de benefícios de desenvolvimento na carreira relativos a progressão e promoção pela regra geral e pela regra de transição, a partir de 1º de janeiro de 2006, aos servidores efetivos e do Grupo de Execução da Assembléia Legislativa, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Administração de Pessoal em 17 de maio de 2006, e a listagem por ela elaborada contendo o nome dos servidores aptos à evolução na carreira, e homologou a referida listagem. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Heliotecminas Comércio e Representações Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços reprográficos, incluindo locação dos equipamentos necessários, instalação, reposição de peças, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, treinamento de operadores e fornecimento de todos os suprimentos necessários ao funcionamento dos equipamentos – parecer favorável à exclusão de um equipamento EP 3000, com respectiva redução do preço de locação, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e as Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabirito, tendo como objeto a doação de bens inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Cultural Banda Face de Deus,

tendo como objeto a doação de um microcomputador Zenith, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Conselho Comunitário de Segurança Pública – CONSEP – de Várzea da Palma/MG, tendo como objeto a doação de bem móvel inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Tipomagraf Indústria e Comércio de Máquinas Gráficas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos gráficos – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e José Arnaldo Lima da Silva, tendo como objeto a prestação de serviços de assessoria e consultoria à Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Secretaria-Geral da Mesa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado Fábio Avelar, Requerimento nº 6.607/2006, da Comissão Especial de Resíduos Sólidos, em que solicita ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, cópia de inteiro teor do processo de licenciamento ambiental do Aterro Sanitário de Belo Horizonte, do Parque Francisco Lins do Rego, construído com resíduos sólidos sobre a Lagoa da Pampulha e do aterro sanitário construído pela empresa Queiroz Galvão, no município de Sabará, com as suas respectivas licenças ambientais em vigência – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando o servidor Cândido Batista de Azevedo, a partir de 24/1/96, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, no cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, ficando retificado o Ato da Mesa publicado no "Minas Gerais" de 14/2/96; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.332/2003, resolve dispensar o servidor Vamberto Luiz de Castro, membro da Comissão Permanente de Licitação, designando, para substituí-lo, o servidor José Roberto Xavier Umbelino. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 6 de junho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 6 de junho de 2006.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 31/3/2006

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento para prorrogação e reajuste de preço do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e Ricardo Martins Ribeiro, tendo como objeto a prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Serviços Gerais e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Linear Equipamentos Eletrônicos S/A, tendo como objeto a prestação de serviços especializados de manutenção e assistência técnica para trinta transmissores das estações repetidoras do sinal da TV Assembléia, e de manutenção corretiva de equipamentos – parecer favorável à contratação, feita com inexigibilidade de licitação, de acordo com o art. 25, *caput*, e inciso I, da Lei nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de afetação a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a 8ª Delegacia Regional de Polícia Civil da Comarca de Brasília de Minas, tendo como objeto a afetação patrimonial de um microcomputador Zenith, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Stand Up Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria e reportagem para a TV Assembléia – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a RM Máquinas e Sistemas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica em máquinas de franquear correspondências – parecer favorável à contratação, feita com dispensa de licitação, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Serviços Gerais e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para reajuste do termo de contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Adservis Multiperfil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação nas dependências da contratante, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Rio Paranaíba, tendo como objeto a instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de rescisão amigável ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Unai, tendo como objeto a instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia – parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Ouro Preto, tendo como objeto a instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia – parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para alteração e adequações de cláusulas do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Casa das Peças e Serviços Automotivos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos da frota da contratante – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência de Reprografia e Transportes e da Procuradoria-Geral, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 11 de abril e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 11 de abril de 2006.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 10/5/2006

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.369/2006, altera a Deliberação da Mesa nº 2.360/2005, que dispõe sobre o Processo de Apuração do Resultado Setorial na Assembléia Legislativa. A seguir, a Mesa decide reordenar a forma de tramitação dos processos de pagamento de diária de viagem a servidor. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião

destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Roma Plus Ltda., tendo como objeto o fornecimento de lanches para alunos participantes dos programas da Escola do Legislativo – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 17/2006, - Pregão Eletrônico nº 16/2006, autorizando a despesa, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral da Casa e da Diretoria-Geral – aprovado; processo contendo termo de aditamento para revisão do preço do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Conservadora Campos e Serviços Gerais Ltda., tendo como objeto o fornecimento de auxiliares de serviços gerais, para carregamento de móveis, equipamentos, utensílios e materiais, bem como para a recomposição de galões de água mineral e limpeza de veículos nas dependências da contratante – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de operação de sistema de ar condicionado central, exaustores, bombas de incêndio, bombas de água potável e de dois grupos de moto-geradores e diesel, bem como serviços de manutenção preventiva e corretiva dos mesmos sistemas e equipamentos – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para revisão de preço do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM, tendo como objeto a prestação de serviço de trabalhadores-mirins – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a HDI Seguros S.A., tendo como objeto a prestação de seguro total para veículos, incluída assistência 24 horas – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Ka Engenharia Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de reformas em *layouts* – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 18/2006, Pregão Presencial nº 17/2006, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para ampliação e prorrogação excepcional do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Distribuidora Igarapé Ltda., tendo como objeto o fornecimento mensal de garrafas de água mineral, sem gás, envasada, bem como empréstimo de grades plásticas e bebedouros elétricos, incluindo a manutenção – parecer favorável, com vigência de 30 dias a partir da data de assinatura ou até a conclusão do procedimento licitatório em andamento, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 23 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 23 de maio de 2006.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 5/9/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 6/9/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.948/2006

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., o Projeto de Lei nº 2.948/2006 dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior, nas situações que especifica.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 18/2/2006, foi a proposição distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática.

Vem a matéria, agora, a esta Comissão para receber parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, c/c o art.102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe propõe que os estabelecimentos de ensino superior fiquem obrigados a devolver aos alunos que desistam do curso em que se encontrem matriculados o valor pago pela matrícula, no ato da desistência.

A proposição visa a solucionar um problema que ocorre de forma reiterada nos períodos de matrícula em cursos superiores: o candidato aprovado no vestibular de determinada instituição se vê forçado a fazer a matrícula mesmo sem saber o resultado do processo seletivo de outras instituições de ensino em que também prestou concurso. Sendo aprovado em concursos de diferentes instituições, o candidato opta por uma e desiste da matrícula em outra. Ocorre que, com respaldo no contrato celebrado com o estudante, algumas instituições de ensino se negam a devolver os valores correspondentes à matrícula.

Duas questões se colocam: pode a lei regular esta matéria ou ela diz respeito à livre iniciativa das instituições de ensino? Admitindo-se a possibilidade de lei disciplinar a matéria, pode a lei ser estadual, ou seja, a matéria se enquadra na competência legislativa dos Estados membros?

A resposta à primeira questão já foi dada pelos tribunais, que vêm reconhecendo, com base nos princípios de direito civil e de direito do consumidor, a possibilidade de o Juiz reduzir multas excessivas estabelecidas em contrato e a obrigatoriedade de devolução parcial dos valores pagos.

Da decisão judicial cuja ementa transcrevemos a seguir pode-se extrair a resposta para a segunda questão, ou seja, se o Estado pode disciplinar a matéria:

"Ementa - Ensino - Estabelecimento superior - Matrícula - Pedido de restituição do valor pago, em virtude de desistência do curso - Admissibilidade - Aplicabilidade das regras do Código de Defesa do Consumidor - Prazo de sete dias do artigo 49 do estatuto em tela inaplicável à espécie - Não devolução dos valores pecuniários prestados, que configura locupletamento indevido - Recurso parcialmente provido". (Relator Fonseca Tavares - Apelação Cível nº 198.603-1 - São Paulo - 25/5/94.)

Ora, se a relação entre instituição e estudante é mediada pelo direito do consumidor, pode o Estado membro legislar sobre o assunto, considerando-se que o Código de Defesa do Consumidor é norma geral no contexto da competência concorrente, consoante dispõe o art. 24, V, da Constituição Federal.

Não obstante, há que considerar aqui o ponto de vista das instituições de ensino, devendo-se admitir que a matrícula seguida de sua desistência gera despesas de cunho operacional e administrativo para elas. O argumento encontra guarida no princípio da razoabilidade, pois, efetuada a matrícula, iniciam-se o processo de organização das turmas e dos diários escolares e outros procedimentos próprios dessa atividade econômica. Ademais, a instituição deverá contactar outro candidato após a desistência da matrícula, o que, por certo, representa custo administrativo. Certamente, tais custos não justificam a retenção integral do valor da matrícula, uma vez que a maior parte das despesas da instituição deriva de sua atividade principal, qual seja o ensino, benefício não usufruído por quem desistiu da matrícula.

Parece-nos mais adequado tornar obrigatória a restituição de uma parte da matrícula, permitindo a retenção de outra parte para cobrir os mencionados custos.

Assim, do princípio da razoabilidade passamos ao da proporcionalidade, tendo em vista a necessidade de fixar parâmetros para definir o percentual que a instituição poderá reter. Todavia, se esta Comissão entende que pode a lei estadual estabelecer a obrigatoriedade da restituição de, pelo menos, parte do valor pago a título de matrícula, a comissão de mérito terá melhores condições de avaliar o percentual correspondente, podendo, para isto, ouvir representantes dos setores interessados.

Por fim, alteramos a penalidade pelo descumprimento da norma, remetendo-a ao art. 56 do Código do Consumidor, pois com relação a esta matéria o Estado tem competência legislativa suplementar, nos termos do § 2º do art. 24 da Constituição da República. O projeto original, que estabelecia a multa para o candidato, invade a seara do direito civil, em que a União tem competência privativa.

Conclusão

Pelos fundamentos apresentados, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.948/2006 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a devolução de pagamento em virtude da desistência de matrícula em instituições de ensino superior.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica a instituição de ensino superior obrigada a devolver, no prazo de dez dias, 80% (oitenta por cento) do valor da matrícula ao aluno que desistir do curso ou solicitar transferência antes do início das aulas.

Art. 2º - O descumprimento do disposto desta lei ensejará a aplicação ao infrator de uma das penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Sebastião Costa - George Hilton.

GRUPO TEMÁTICO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Combate à violação dos direitos humanos (prevenção em relação à violência doméstica e sexual)

1 - Formação de um banco de dados unificado sobre a violência contra as mulheres, reunindo informações do Instituto Médico-Legal, Polícia Militar, Polícia Civil e outros órgãos, sendo esses dados disponibilizados para toda a rede de enfrentamento da violência contra as mulheres.

2 - Desenvolvimento de ações centralizadas, com integração das ações das polícias e demais órgãos de segurança pública, da Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das áreas social e de saúde.

3 - Garantia de visitas íntimas às mulheres encarceradas.

4 - Criação de órgão fiscalizador (independente da estrutura prisional) do tratamento dados às mulheres encarceradas, a fim de garantir os seus direitos (revisão de pena, direitos das mulheres grávidas, etc.)

Assistência e proteção às vítimas de crimes violentos e a seus familiares

5 - Garantia, no orçamento, de recursos para serviços de atendimento e acolhimento de mulheres vítimas de violência.

6 - Adoção da perspectiva de gênero na escolha dos(as) profissionais que irão trabalhar em todos os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência.

7 - Inclusão, no âmbito dos atendimentos prestados nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas -, do público de mulheres vítimas de violência.

8 - Implantação de um abrigo de passagem, com atendimento 24 horas, para mulheres em situação de violência de gênero e para seus filhos, estabelecendo-se critérios de funcionamento, como gestão participativa entre instâncias públicas municipais e estaduais e dotação orçamentária específica.

9 - Implementação do disposto na Lei Federal nº 11.340, de 7/8/2006 - Lei Maria da Penha -, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

10 - Criação de serviço de atendimento à mulher vítima de violência nos Municípios do Estado.

Assistência às crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual

11 - Articulação dos serviços especializados de atenção à mulher com o serviço especializado de atenção às crianças vítimas de violência sexual - Projeto Sentinela -, garantindo-se a criação desses serviços onde eles não existem.

12 - Criação de uma comissão composta por representantes do poder público e da sociedade civil, principalmente de Conselhos Tutelares e de movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, para acompanhar a criação e a implementação dos Centros de Referência de Assistência Social - Cras - e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas - no Estado.

13 - Estímulo à criação de comissões municipais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e fortalecimento daquelas já criadas.

Assistência jurídica e psicossocial às mulheres em situação de violência

14 - Ampliação do número de Defensorias Especializadas, manutenção daquelas já existentes e capacitação permanente das equipes multidisciplinares.

15 - Designação de um(a) defensor(a) para atender preferencialmente as mulheres vítimas de violência nos Municípios onde não houver Defensoria Especializada e atuarem quatro ou mais defensores(as), e implementação de serviço psicossocial destinado a mulheres em situação de risco.

16 - Implantação de Defensorias Públicas Especializadas nas comarcas em que elas ainda não existam ou estejam desativadas, com a realização de concurso público, se necessário.

17 - Criação de infra-estrutura para garantir o acompanhamento das vítimas por defensor(a) público(a) durante todo o processo criminal, conforme dispõe o art. 28 da Lei Federal nº 11.340, de 7/8/2006 - Lei Maria da Penha.

18 - Oitiva das vítimas, pelo juiz, sem a presença do agressor.

Investigação de crimes contra a mulher

19 - Atendimento 24 horas, inclusive nos finais de semana, nas Delegacias Especializadas de Crimes contra a Mulher.

20 - Implantação, nas Delegacias Especializadas de Crimes contra a Mulher, de serviço de assistência social, cujas atribuições estarão adstritas ao primeiro acolhimento e encaminhamento aos serviços da Rede de Proteção à Mulher.

21 - Implantação da Norma Técnica de padronização das Delegacias Especializadas de Mulheres em situação de violência, com garantia de infra-estrutura mínima para seu funcionamento - sede própria, equipe, escritô, etc.

22 - Criação de Delegacias Especializadas de Crimes Contra a Mulher em cidades com mais de 25 mil habitantes e garantia de, pelo menos, uma Delegacia em cada cidade-pólo das macrorregiões, que sirva de referência regional para os demais Municípios.

23 - Levantamento do número de Delegacias existentes e verificação do estado em que se encontram, garantindo-se a sua adequação.

24 - Reabertura das Delegacias de Crimes contra a Mulher desativadas, como as de Venda Nova e do Barreiro, em Belo Horizonte, de Varginha e de Congonhas.

25 - Capacitação, formação e sensibilização, na perspectiva de gênero, dos(as) profissionais que trabalham no atendimento às mulheres vítimas de violência, para garantir a integridade física e moral da mulher.

GRUPO TEMÁTICO AUTONOMIA E IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO

Inserção e qualificação da mulher para o trabalho

26 - Criação de cursos profissionalizantes e de projetos educativos de acompanhamento e reforço escolar, por um período mínimo de dois anos, para mulheres egressas de penitenciárias e adolescentes egressas do sistema sócio-educativo.

Incentivo ao trabalho das mulheres em cooperativas

27 - Instituição de rubrica própria para o Projeto Mais Mulher: No Cooperativismo e incorporação permanente dele na política estadual para as mulheres.

Outras propostas para o grupo temático

1 - Gênero, escolaridade e mercado de trabalho

28 - Extinção da Emenda à Constituição nº 20, que não permite o acúmulo de cargos para técnicos educacionais, já regulamentada para a categoria de médicos e profissionais da saúde.

29 - Ampliação do Programa Vocação, que atinge alunos do ensino fundamental na idade de 16 a 24 anos, nas áreas urbanas e rurais .

2 - Gênero, desenvolvimento social e cidadania

30 - Ampliação da participação das mulheres rurais nas políticas públicas, a partir de suas demandas específicas.

31 - Promoção de ações junto aos meios de comunicação de massa - em especial nas telenovelas -, para eliminar o estereótipo da mulher negra, apresentada sempre no lugar de submissão ao homem e à mulher branca.

32 - Promoção, na zona rural, de campanhas de conscientização dos direitos da mulher em situação de violência doméstica.

3 - Qualificação social e profissional para mulheres

33 - Estabelecimento de parcerias entre órgãos públicos municipais e estaduais, visando à promoção de estudos, pesquisas, capacitação e profissionalização direcionadas às trabalhadoras em geral e, em especial, às trabalhadoras rurais.

34 - Ampliação dos cursos de qualificação profissional, através do Fundo do Amparo ao Trabalhador - FAT, para os desempregados(as) acima de 40 anos, com vistas à reinserção no mercado de trabalho.

35 - Desenvolvimento de cursos de qualificação profissional com uma metodologia que inclua princípios de economia solidária, com enfoque de gênero e raça, fortalecendo a auto-estima das mulheres e a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

36 - Implantação de programas e projetos de inclusão social e digital da mulher.

37 - Implementação de cursos profissionalizantes gratuitos para as empregadas domésticas e as trabalhadoras rurais.

38 - Orientação da mulher qualificada e encaminhamento para sua colocação no mercado de trabalho.

39 - Desenvolvimento de políticas públicas que possibilitem à mulher negra ocupar profissões que estimulem seu aperfeiçoamento, de modo a evitar que ela se imobilize nas profissões que exigem pouca ou nenhuma escolaridade.

40 - Desenvolvimento de cursos de qualificação profissional com uma metodologia que inclua princípios de economia solidária, com enfoque de gênero e raça, fortalecendo a auto-estima das mulheres e a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

4 - Iniciativas de auto-emprego, trabalho por conta própria, cooperativas e pequenos empreendimentos

41 - Ampliação do acesso a terra, equipamentos e infra-estrutura, com enfoque de gênero.

42 - Regulamentação da Lei nº 15.028, de 2004, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais - Pefeps.

5 - Proteção social e inspeção do trabalho, da saúde e da segurança

- 43 - Intervenção, junto ao INSS, para que doenças como LER e Dort, que acometem muito as mulheres, sejam reconhecidas como doenças ocupacionais.
- 44 - Manutenção do tempo de contribuição e da idade para aposentadoria previstos para as mulheres, tendo em vista a dupla jornada feminina.
- 45 - Revisão, pela Previdência Social, dos critérios de classificação de doenças ocupacionais, incluindo entre elas as doenças mentais.
- 46 - Criação de mecanismo para a erradicação do trabalho escravo, principalmente no campo, intensificando as ações que já vêm sendo desenvolvidas, bem como a erradicação do trabalho infantil e a proteção ao trabalhador adolescente.
- 47 - Articulação de programas sociais definidos no Suas para mulheres e crianças em situação de rua, com vistas à sua implementação.
- 48 - Criação de grupos de discussão, especialmente femininos, sobre o aumento da licença-maternidade de quatro para seis meses, esclarecendo-se todos os aspectos positivos e negativos.
- 49 - Efetivação de programas específicos para inclusão no mercado de trabalho das mulheres vítimas de violência doméstica, observando-se suas peculiaridades (filhos menores, idade, nível de escolaridade e qualificação profissional).
- 50 - Revisão da jornada de trabalho das profissionais de "telemarketing", com vistas a assegurar sua saúde mental.
- 51 - Implantação de, no mínimo, três pausas, na jornada de trabalho de seis horas das trabalhadoras em teleatendimento, em sua maioria jovens em primeiro emprego, visando à redução de seu afastamento no mercado de trabalho, em razão de transtornos mentais relacionados com suas tarefas, e reconhecimento desses transtornos como doença de trabalho.
- 52 - Aplicação da regulamentação técnica do trabalho dos(as) profissionais de "telemarketing" ("vide" Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho nº 17).
- 53 - Extinção da concessão de licenças médicas com altas programadas, para evitar o retorno de trabalhadoras(es) ainda doentes ao serviço.
- 54 - Promoção de campanhas educativas para assegurar a percepção de, pelo menos, um salário mínimo às trabalhadoras rurais e para garantir a igualdade de salários entre homens e mulheres no meio rural.
- 55 - Realização, pelo governo, de campanha para acabar com a informalidade do trabalho rural, visando a garantir os direitos de todos os assalariados(as).
- 56 - Criação de mecanismos para garantir o acesso dos(as) assalariados(as) rurais aos direitos previdenciários.
- 57 - Aumento da fiscalização em fazendas, principalmente naquelas com maior número de trabalhadores e com contratos irregulares.
- 58 - Aplicação da lei que proíbe o trabalho da mulher grávida em ambientes que utilizam agrotóxicos; remanejamento da mulher nessas condições para atividades menos penosas.
- 59 - Divulgação e promoção de campanhas de prevenção contra o assédio e abuso sexual nas zonas rurais.
- 60 - Implementação e ampliação de estudos, diagnósticos, projetos, programas e atividades relativas ao adoecimento das professoras, de modo a prevenir e eliminar esse problema, bem como de medidas que garantam o bem-estar e a saúde dessas profissionais.
- 61 - Inclusão, na Política Estadual para as Mulheres, dos projetos "Economia Solidária" (tendo como órgão gestor a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes) e "Minas Artesanal" (tendo como órgão gestor a Secretaria de Agricultura).
- 62 - Apoio à regulamentação da atividade das profissionais do sexo, que já têm um código no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO), para fins de registro em Carteira de Trabalho e benefícios do INSS, tanto como trabalhadoras registradas quanto como autônomas.

Grupo Temático Direitos da Mulher à Terra e à Moradia

Direito da mulher à moradia

- 63 - Garantia de recursos, no Fundo Estadual de Habitação, para atendimento a programas habitacionais nos meios urbano e rural.
- 64 - Criação de linhas de crédito específicas para mulheres chefes de família.
- 65 - Garantia de titulação de propriedade e de crédito para as mulheres.
- 66 - Criação de seguro social para habitação popular, em caso de separação ou abandono pelo chefe da família.
- 67 - Inclusão em programas de habitação, em caráter de urgência, de mulheres vítimas de violência de gênero.
- 68 - Criação de mecanismos legais para impedir que mulheres chefes de família que tenham filhos menores sejam despejadas de imóvel financiado.
- 69 - Alteração da Lei nº 11.830, de 6/7/95, a fim de destinar 1% do ICMS para investimento em habitação urbana e rural.
- 70 - Elaboração de projetos de assentamento e habitação popular com garantia de estrutura mínima para famílias com filhos.

71 - Incentivo à instalação de creches e lavanderias populares nos conjuntos habitacionais já implantados.

72 - Criação de mecanismos de incentivo a investimentos em habitação popular, por meio da Lei Robin Hood, aumentando-se a quota de participação no ICMS para o Município que, comprovadamente, investir em habitação popular.

73 - Garantia, por meio de instrumento legal, da possibilidade de titulação conjunta para o homem e a mulher nos programas de moradia urbana, nos moldes da Portaria nº 981/2003 do Inkra.

74 - Criação de projeto de mutirão como forma de racionalizar os custos da obra, com gestão financeira delegada à mulher, e ampliação desse projeto para as cidades do interior.

75 - Elaboração de projetos para moradia de baixa renda em terras estaduais urbanizadas, com prioridade para mulheres chefes de família.

76 - Garantia, na aprovação de habitações populares, rurais e urbanas, de espaço reservado para construção de creches, lavanderias coletivas e áreas de lazer.

77 - Ampliação dos projetos da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab - para as áreas rurais, como forma de garantir a sobrevivência e o desenvolvimento das famílias de baixa renda.

78 - Consolidação, pelos governos federal e estadual, do programa de construção e reforma de moradias, no campo e na cidade, com a participação da sociedade civil desde sua definição, estendendo-se também ao Banco do Brasil as atribuições até hoje exercidas pela Caixa Econômica Federal.

79 - Criação de cartilhas e capacitação de lideranças para tratar de questões relativas a financiamentos, ao acesso à moradia e a direitos humanos.

80 - Realização, pelo Estado, de um diagnóstico regional de materiais alternativos, a exemplo do bambu, para sua utilização em construções.

81 - Criação de uma política estadual de financiamento para famílias de baixa renda, considerando a renda "per capita", com previsão de seguro-desemprego.

Direito da mulher à terra

82 - Criação, pelo governo, de mecanismos de financiamento para aquisição e reforma de moradia rural.

83 - Instituição de parceria entre o Inkra e o governo do Estado para fixação de um cronograma de assentamentos.

84 - Garantia de apoio financeiro e assistência técnica nos projetos de assentamento para fins de reforma agrária.

85 - Criação de linhas de crédito específicas para mulheres chefes de família residentes em área rural.

86 - Garantia de titulação de terra e de crédito para as mulheres.

87 - Identificação e destinação das terras devolutas, para fins de assentamento.

88 - Maior agilidade do Inkra na regulamentação das terras desapropriadas e nos assentamentos decorrentes da reforma agrária.

89 - Regulamentação das terras de pequenos posseiros ocupadas sem titulação.

90 - Formação de um grupo permanente de monitoramento das demandas por terras no campo e na cidade.

91 - Criação, pelo poder público, de projetos de incentivo à agricultura urbana, autorizando a cessão, para grupos de mulheres organizadas, de lotes vagos para a implantação de hortas comunitárias, pequenas criações e outras atividades, garantindo-se o apoio técnico institucional.

92 - Criação de mecanismos facilitadores de acesso para trabalhar a terra, bem como para financiamento de moradia de interesse social (habitação popular), para as mulheres chefes de família que vivem de renda informal, sem vínculo empregatício.

93 - Ampliação do acesso à terra, por meio da reforma agrária e das políticas públicas de crédito, garantindo-se educação, saúde, habitação, infra-estrutura básica, assistência técnica, agregação de valores à produção, mecanismos de comercialização e sustentabilidade ambiental.

94 - Criação de um grupo de trabalho encarregado de estudar e propor ao Ministério do Desenvolvimento Agrário -MDA- medidas para simplificar e agilizar os procedimentos administrativos de titulação e desapropriação de terras para fins de reforma agrária.

95 - Criação de um fundo de habitação popular para a agricultura familiar, nos moldes da Lei Estadual nº 5.113, de 1965, do Estado do Paraná, que garanta recursos financeiros a cada família, por meio de convênio com a Cohab.

96 - Desenvolvimento, pelos órgãos governamentais - MDA, Inkra, , Ibama, Emater, Igam, etc. -, juntamente com os movimentos sociais e sindicais, de um trabalho organizado em torno da educação e preservação ambiental, centrado na utilização correta dos recursos naturais - solo, vegetação, água -, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

97 - Priorização da regulamentação fundiária no Estado, principalmente onde haja um número elevado de terras sem documentação, para combater a grilagem nessas áreas.

98 - Atuação efetiva da Secretaria de Estado de Reforma Agrária e ampliação dos recursos orçamentários destinados ao Instituto de Terras - Iter - para titulação e arrecadação de terras devolutas do Estado.

99 - Garantia, para crianças do meio rural, de acesso a creches e pré-escolas mantidas pelo poder público.

100 - Criação de creches, nos assentamentos rurais e urbanos, voltadas para a educação infantil de qualidade.

101 - Estabelecimento, como forma prioritária de reconstituição de direitos para as famílias de remanescentes de quilombolas e atingidas por barragens, de reassentamento e titulação em terras que possibilitem o desenvolvimento econômico, social e ambiental da agricultura familiar, com infra-estrutura, moradia, apoio agrícola, assistência técnica, garantindo um desenvolvimento sustentável e permanente.

102 - Criação, pelo órgão competente, de um banco de dados sobre as pequenas produtoras rurais no Estado de Minas Gerais.

Grupo temático saúde da mulher

Redução da mortalidade infantil e materna

103 - Garantia da ampliação da rede de atendimento a gestantes de alto risco.

104 - Atendimento priorizado para detentas grávidas e nutrizes, bem como ações de prevenção de doenças, nos presídios femininos de Minas Gerais.

105 - Cumprimento, por parte das maternidades e hospitais públicos conveniados com o SUS, da norma que obriga a notificação de óbitos maternos, objetivando reduzir as subnotificações.

Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis - DST - e aids

106 - Implantação de centros de referência em saúde sexual e reprodutiva em todas as microrregiões do Estado.

107 - Criação de grupos de discussão entre mulheres, nas instâncias governamentais e não-governamentais, visando à diminuição da incidência da DST-aids em mulheres.

108 - Doação de camisinhas às ONGs para serem distribuídas às mulheres durante os trabalhos de sua formação e capacitação em direitos sexuais e reprodutivos.

109 - Orientação, nos PSFs e PACs, sobre a prevenção de DSTs-aids, dirigida aos trabalhadores rurais, especialmente aos jovens e às mulheres.

Atenção à saúde dos adolescentes em conflito com a lei

110 - Implementação do plano já existente para adolescentes em conflito com a lei.

Saúde nas instituições de ensino

111 - Introdução nas instituições de ensino de temas sobre a terceira idade, na perspectiva do envelhecimento saudável.

112 - Realização de campanhas nas escolas municipais e estaduais, no Dia Internacional da Mulher - 8 de março -, para discussão de temas relativos à saúde da mulher.

113 - Discussão nas escolas dos temas: gravidez não planejada na adolescência, riscos do uso indevido das drogas, doenças sexualmente transmissíveis, assédio e abuso sexual e assédio moral.

114 - Orientação nas Unidades Básicas de Saúde - UBS - sobre planejamento familiar e informação sobre o acesso aos métodos contraceptivos apropriados.

115 - Inclusão nos programas de ensino de temas que tratem do recorte de gênero, etnia, orientação e diversidade sexual; distribuição de material educativo sobre o assunto e capacitação dos professores na temática étnico-racial.

Atenção às vítimas de violência sexual

116 - Implementação no Estado da notificação compulsória de violência contra a mulher, com formulário próprio, conforme previsto pelos arts. 4º e 5º da Lei nº 15.218, de 2004.

117 - Implementação, pelo governo, de atendimento psicossocial em toda a rede pública, às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo as mulheres com transtorno mental e as mulheres com deficiência.

118 - Ampliação das ações do Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA - e do Projeto Sentinela aos Municípios com maior ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Combate ao câncer de colo de útero e mamas

119 - Implantação de um programa estadual para o combate e o controle do câncer de mama.

120 - Manutenção do financiamento do exame de Papanicolaou no Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação - Faec - até que se comprove a diminuição da mortalidade por câncer de colo no Estado.

121 - Obrigatoriedade do exame das mamas na avaliação clínica ginecológica.

122 - Ampliação da oferta de mamografia e ultra-sonografia pelo SUS, bem como da faixa etária das mulheres atendidas por esse serviço.

123 - Garantia de tratamento das mulheres com câncer cérvico-uterino e câncer de mama por equipe multidisciplinar.

124 - Implantação de uma política de saúde que abranja o diagnóstico precoce e o imediato tratamento do câncer de mama, bem como de outros cânceres que acometem freqüentemente as mulheres.

Outras propostas para a saúde

125 - Capacitação dos profissionais da saúde, visando a uma abordagem apropriada, que considere as especificidades das pessoas com mais de 60 anos.

126 - Ampliação do fornecimento de medicamentos, pelo Estado, às pessoas da terceira idade e àquelas com deficiência, principalmente nas regiões rurais.

127 - Ampliação da oferta, pelo SUS, do exame de densitometria óssea no Estado.

128 - Elaboração de projeto de assistência à saúde da mulher presa ou encarcerada, que contemple a implementação de unidades similares às Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs -, com garantia de infra-estrutura adequada, em parceria com organizações do terceiro setor.

129 - Estruturação e criação, pelo Estado, de ambulatórios regionais especializados em diagnóstico e tratamento de doenças provocadas por uso de agrotóxicos, com técnicos especializados capazes de garantir o acompanhamento das (dos) trabalhadoras(es) rurais intoxicadas(os); realização, pela vigilância sanitária, de campanhas de orientação sobre o uso de agrotóxicos.

130 - Garantia de exames periódicos, pelo SUS, como política de governo, para diagnosticar as contaminações por agrotóxicos nas trabalhadoras(es) rurais, devendo a coleta do material ser feita pelos profissionais do PSF e do PAC nas comunidades rurais.

131 - Implementação de uma política estadual de saúde específica para a população do campo, observando-se a regionalização.

132 - Produção de informação sobre saúde da população negra.

133 - Melhoria do sistema de informações visando à coleta de dados estatísticos nas notificações e atendimentos prestados nos serviços de saúde.

134 - Inclusão do quesito raça-cor nos formulários de saúde e nas fichas de atendimento, capacitando-se os profissionais de saúde para o preenchimento desse quesito.

135 - Manifestação pela manutenção do serviço de mastologia da Maternidade Odete Valadares, enquanto outros serviços não tiverem condições de atendimento, e agendamento de audiência pública para discutir, com a equipe da referida maternidade, a Fhemig, a Coordenação da Mulher, movimentos organizados e usuárias da Maternidade Odete Valadares, os serviços ofertados à população relativos ao tratamento do câncer.

136 - Apoio à eleição direta para a direção da Maternidade Odete Valadares por todos os profissionais da saúde que ali estejam lotados.

137 - Ampliação do quadro de profissionais de saúde e sua capacitação para a abordagem da saúde mental, nos órgãos municipais e estaduais.

138 - Ampliação da lista de medicamentos da área de saúde mental ofertados pelo Estado.

139 - Implementação da linha guia da saúde mental.

140 - Ampliação dos recursos financeiros destinados aos Municípios para viabilizar a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPs -, Centros de Atenção Psicossocial Infantil - CAPs I -, Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPs AD -; discussão, com as unidades já existentes, desses serviços com vistas ao cumprimento dos objetivos para os quais foram criados; fiscalização desses serviços pelo poder público estadual e municipal.

141 - Implantação, pelo governo, de políticas voltadas à saúde do homem e da mulher, por meio de ações de prevenção e diagnóstico do câncer de próstata, do pênis, de mama e de útero.

142 - Organização dos serviços de atenção à saúde do adolescente.

143 - Implementação plena do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM - em todos os Municípios, possibilitando o acesso das mulheres e de seus parceiros aos serviços de planejamento familiar, pré-natal e prevenção das DSTs-Aids.

144 - Inclusão da odontologia nos programas voltados à saúde da gestante, no atendimento à mulher vítima de violência e no tratamento dos portadores do HIV-Aids, visando à integralidade da atenção.

145 - Ampliação do acesso a serviços de laqueadura tubária, em hospitais do SUS e hospitais conveniados.

GRUPO TEMÁTICO EDUCAÇÃO INCLUSIVA, E NÃO SEXISTA

- 146 - Apoio à implantação das propostas de educação contidas no Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.
- 147 - Luta pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.
- 148 - Investimento em projetos de melhoria de salário e de condições de trabalho das professoras.
- 149 - Ampliação das lutas por creches e pré-escolas de qualidade mantidas pelo poder público e por associações comunitárias, nas áreas urbana e rural, bem como no âmbito das instituições públicas de ensino de nível médio e superior.
- 150 - Criação de uma comissão composta por representantes do poder público e da sociedade civil, principalmente dos movimentos feministas, para acompanhar a seleção dos livros didáticos, a elaboração de currículos, a produção de materiais de apoio e os programas de formação continuada em serviço dos profissionais da educação, para garantir a execução de um projeto global de educação inclusiva, e não sexista.
- 151 - Orientação às escolas na seleção dos livros didáticos, de forma a que evitem as obras de caráter sexista.
- 152 - Promoção da formação continuada em serviço dos profissionais da educação.
- 153 - Inclusão da formação política nos projetos de capacitação voltados para mulheres.
- 154 - Elaboração de um diagnóstico do analfabetismo feminino no Estado e estabelecimento de estratégias para sua erradicação.
- 155 - Ampliação do número de creches, pré-escolas e escolas especiais em horário integral, compatível com o horário de trabalho das mães e dos pais.
- 156 - Realização de estudos para viabilizar o atendimento permanente das creches.
- 157 - Implementação de educação em tempo integral, da 1ª à 8ª série, com ensino e atividades complementares, como esporte, arte, coral, danças folclóricas, etc.
- 158 - Desenvolvimento de educação continuada, criando nas(os) professoras(es) uma consciência de gênero que permita uma educação inclusiva, e não sexista.
- 159 - Mapeamento de projetos que trabalham com a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual, já existentes nas escolas, e incentivo ao desenvolvimento de tais projetos, tanto por professores(as) quanto por alunos(as).
- 160 - Criação de uma comissão de participação híbrida – composta por representantes do Estado, sobretudo da Secretaria de Educação e da sociedade civil – para elaborar e propor uma metodologia comum para o tratamento e a discussão, no âmbito das escolas estaduais, dos temas transversais de gênero, raça, etnia e orientação sexual, privilegiando a participação efetiva das instituições de ensino superior e dos movimentos organizados de mulheres.
- 161 - Aprovação do Fundeb e fortalecimento das instituições que serão responsáveis pela sua fiscalização, a exemplo do Conselho Estadual e dos Conselhos Municipais de Fiscalização e Acompanhamento do Fundeb, Conselho Estadual de Educação, Conselhos Municipais de Educação, etc.
- 162 - Maior apoio dos poderes municipais para as creches já existentes, de forma a permitir sua expansão e a oferta de uma educação de qualidade, evitando que se tornem apenas locais de permanência das crianças.
- 163 - Inclusão, nos currículos escolares, das temáticas de gênero, raça, etnia, orientação sexual e de respeito à diversidade sexual e a outras diferenças.
- 164 - Qualificação e capacitação do profissional da educação para atendimento a pessoas com deficiência.
- 165 - Ampliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera -no Estado de Minas Gerais, de forma a atender também aos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.
- 166 - Fortalecimento dos programas de educação de jovens e adultos - EJA - nas comunidades agrárias.
- 167 - Implementação das diretrizes operacionais das escolas do campo, estruturação e fortalecimento das escolas que utilizam a pedagogia da alternância - Escolas-Família Agrícolas e Casas-Família Rurais.
- 168 - Formulação, pela Secretaria de Estado de Educação, de uma política de educação rural não sexista, comprometida com a elevação da escolaridade das mulheres e com o desenvolvimento rural sustentável.
- 169 - Sensibilização e motivação das crianças em torno de valores humanos da ética e da solidariedade como pressupostos de uma sociedade mais justa.
- 170 - Implementação, por meio da criação de propostas alternativas à estrutura formal, de uma política pública voltada para a inclusão educacional de jovens e mulheres excluídos do sistema formal em virtude de suas exigências de carga horária, calendário e conteúdo.
- 171 - Estímulo para que as escolas agrícolas e os Cefets adotem a pedagogia de alternância, com base em técnicas agrícolas agroecológicas.

172 - Implantação de políticas voltadas para a promoção da intersectorialidade – integração de todos os setores da sociedade para uma educação completa e em tempo integral em todo o Estado.

173 - Investimento, pelo governo estadual, na participação da mulher no campo acadêmico, a fim de combater o preconceito e instaurar a democracia entre o homem e a mulher dentro das salas de aulas.

174 - Realização de estudos com vistas ao apoio do poder público às creches no início de suas atividades.

175 - Inclusão de uma perspectiva educativo-pedagógica em todas as ações executadas pelos órgãos do Estado de Minas Gerais, que envolvam as temáticas de gênero, raça, etnia, orientação sexual e diversidade sexual, com um viés emancipatório e crítico dessas desigualdades, bem como previsão orçamentária nas respectivas ações para incluir essa perspectiva.

Propostas Gerais

176 - Criação, no Poder Executivo Estadual, de um órgão que coordene e controle a política estadual para as mulheres e que faça a intersectorialidade e a transversalidade entre as secretarias gestoras dos programas previstos nessa política, com autonomia administrativa e financeira (Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres ou Superintendência de Políticas para as Mulheres).

177 - Encaminhamento, por meio de Comissão, de um documento ao Presidente do Tribunal de Justiça, reivindicando a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de acordo com o art. 14 da Lei nº 11.340, de 7/8/2006 - Lei Maria da Penha - e, posteriormente, das varas especializadas.

178 - Criação de uma comissão para debater e acompanhar, junto ao Poder Judiciário, a implementação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

179 - Regulamentação da Lei Federal nº 11.340, de 7/8/2006 - Lei Maria da Penha - e adoção das medidas necessárias para sua implementação.

180 - Encaminhamento das propostas aprovadas no Grupo de Trabalho Direitos da Mulher à Terra e à Moradia ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano e cobrança das providências de sua competência.

181 - Garantia de recursos, no PPAG-2007, para implementação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.

182 - Incentivo ao Poder Executivo Municipal para criação de um órgão que coordene, articule e controle a Política Municipal para as Mulheres e que promova a intersectorialidade entre as secretarias gestoras dos programas previstos nessa política, com autonomia financeira e administrativa.

183 - Transformação do fórum técnico "Políticas Públicas para as Mulheres" em fórum permanente, para monitorar a execução das políticas públicas para as mulheres.

184 - Elaboração, pelo órgão gestor de políticas para as mulheres, em conjunto com o Conselho Estadual da Mulher, de um cronograma para pactuação do novo Plano Estadual entre o governo do Estado e as prefeituras municipais.

185 - Revisão do Decreto Estadual nº 22.971, de 1983, que cria o Conselho Estadual da Mulher, para suprimir suas atribuições executivas, logo após a criação de um órgão gestor de políticas para as mulheres.

186 - Incentivo à instalação e ao funcionamento de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher.

187 - Garantia de uma quota de representação das mulheres nos Conselhos Setoriais.

188 - Desenvolvimento de projetos de formação em políticas públicas, na perspectiva de gênero, para mulheres conselheiras e parlamentares.

189 - Criação de mecanismos que permitam aos Conselhos Municipais terem conhecimento dos projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e de acompanharem sua execução.

190 - Inclusão da questão de gênero nos cursos de qualificação e formação voltados para servidores(as) públicos.

191 - Criação de política específica voltada para a assistência ao agressor, numa perspectiva de gênero, mediante ampla discussão com os movimentos de mulheres e órgãos gestores de políticas públicas.

192 - Elaboração, pelo Estado, de orçamento específico para programas de enfrentamento da violência de gênero.

193 - Isenção de tarifas públicas de luz e água ou instalação de um sistema de captação de energia solar nas creches e nos asilos (lares para idosos).

194 - Atendimento a crianças e adolescentes até 14 anos de idade, em horário alternado ao da escola (contra-turno escolar), garantindo o acompanhamento integral a essa faixa etária, com atividades de cultura, esporte, lazer e reforço escolar, com destinação de recursos públicos para tal.

195 - No Fórum, foram apresentadas propostas tanto favoráveis quanto desfavoráveis ao aborto. Como não houve votação, fica o registro das propostas, ainda que elas se contraponham:

- apoio ao projeto de lei que tramita no Congresso Nacional sobre a descriminalização do aborto;

- rejeição ao projeto de lei que tramita no Congresso Nacional sobre a descriminalização do aborto;

- realização de um plebiscito sobre a descriminalização do aborto.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

Comunicação

- O Sr. Presidente despachou, em 31/8/2006, a seguinte comunicação:

Da Deputada Maria Olívia, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Silvério Rocha de Oliveira, ocorrido em 30/8/2006, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 31/8/2006, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Pedro Brito do Nascimento, Ministro da Integração Nacional, comunicando a liberação, em favor da Rurálmias, da importância que menciona, referente à complementação da primeira parcela do Convênio nº 532/2005 - MI, com vistas à continuação das obras da Barragem de Peão, no Município de São João do Paraíso. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Ildo Luis Sauer, Diretor de Gás e Energia da Petrobras, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Assuntos Municipais encaminhado por meio do Ofício nº 1.503/2006/SGM.

Do Sr. Sérgio Aroeira Braga Filho, Presidente da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco, solicitando, em atenção a requerimento do Vereador Luiz Fábio Antonucci, aprovado por essa Casa Legislativa, especial atenção dos parlamentares da Assembléia Legislativa para o Programa Nacional de Prevenção à Doença de Newcastle e Influenza Aviária. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Da Sra. Maria do Carmo, Secretária Municipal Adjunta de Saúde, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão Especial para o Estudo da Atenção à Pessoa com Transtorno Mental, Deficiência Mental ou Autismo encaminhado por meio do Ofício nº 1.508/2006/SGM.

Do Sr. Jêsus Trindade Barreto Júnior, Chefe de Gabinete do Delegado-Geral de Polícia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.568/2006, do Deputado Padre João.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 22/8/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e de acordo com as determinações do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, que recepcionou o § 2º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, e observadas as disposições contidas na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais c/c o art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, o art. 6º da Resolução nº 5.090, de 17/12/90, e com a Lei nº 9.592, de 14/6/88, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 14/7/2006, Adilson Ribeiro Ramos, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio à Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, data de publicação da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, com proventos a serem taxados no cargo em comissão de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2006

DECISÃO DO SR. DIRETOR-GERAL

Conheço do recurso interposto pela pregoante Drive a Informática Ltda., relativo ao lote 6 - equipamentos para o parque central de computadores, padrão HP - do Pregão Eletrônico nº 34/2006, que tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática; e nego provimento à pretensão da pregoante, tendo em vista as razões contidas na Ata da 126ª Reunião da Comissão Permanente de Licitação, em 1º/9/2006.

Belo Horizonte, 1º de setembro de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2006

DECISÃO DO SR. DIRETOR-GERAL

Conheço do recurso interposto pela pregoante Office Print Imagens e Sistemas Ltda., relativo ao Pregão Eletrônico nº 38/2006, que tem por objeto a contratação, pelo período de 12 meses, de empresa prestadora de serviços de cópias reprográficas; e nego provimento à pretensão da pregoante, tendo em vista as razões contidas na Ata da 125ª Reunião da Comissão Permanente de Licitação, em de 1º/9/2006.

Belo Horizonte, 1º de setembro de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2006

Objeto: aquisição de baterias e "kits" de limpeza.

Pregoantes vencedores: lote 1 - Maxicom Equipamentos Eletrônicos Ltda.; lote 2 - M V A Eletrônica Industrial Ltda.; lote 3 - deserto.

Belo Horizonte, 1º de setembro de 2006.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.